

Entrevista com Julio Américo, fundador da Liga Canábica da Paraíba: “Somos mais um movimento social do que uma associação de pacientes”

Por Fernanda Soncini e Luciana Togni de Lima e Silva Surjus,
para o Observatório do Uso de Medicamentos e Outras Drogas



Julio Americo Pinto Neto, pai de Pedro - que usa óleo de maconha há 6 anos para o tratamento de epilepsia refratária e transtorno do espectro autista - também é psicólogo, técnico administrativo da UFPB, fundador da Liga Canábica e militante pela defesa do direito à saúde e à universalidade do acesso ao uso terapêutico da maconha. Na foto ao lado, Julio e Pedro.

História da Liga:

Em 2013, Julio conheceu a história de Charlotte Figi, uma criança estadunidense que usava o óleo de maconha (*Cannabis sativa sp.*) para o controle das inúmeras crises convulsivas causadas pela Síndrome de West - condição semelhante a de seu filho Pedro. Enquanto isso, Julio e Sheila Geriz (mãe de Pedro, também fundadora e atual coordenadora geral da Liga Canábica) seguiam em busca de alternativas para controlar as quase 40 convulsões diárias de Pedro. Em 2014, durante uma viagem à São Paulo para uma consulta sobre a dieta cetogênica, assistiram a uma matéria veiculada pelo Fantástico (Rede Globo), sobre o caso de Anny Fisher - uma criança com epilepsia grave, cujos pais estavam assumindo publicamente que traficavam o óleo da cannabis em nome da melhora no quadro de saúde da filha. Para importar, era necessário um laudo médico, mas os médicos não o faziam sob pena de perder a o registro profissional.

“Começamos a perceber que a nossa demanda não era só uma demanda particular – do nosso filho ou do filho de um ou de outro. Nós éramos um segmento da sociedade ao qual estava sendo negado o direito à saúde. Conforme conhecíamos outras famílias com essa demanda, percebíamos que as condições sociais das pessoas não dava a elas a mesma oportunidade que teve o Norberto [Fisher, pai de Anny], por exemplo, de contratar um advogado particular. Foi aí que a gente começou a ter a noção de que a nossa luta tinha algo de coletivo, não era uma coisa particular. Procuramos o Ministério Público Federal daqui [da Paraíba] em 2014 e fomos – 15 famílias, 16 pacientes – a 1º ação civil pública

contra a União e a ANVISA pelo direito de importar quando a gente quisesse sem precisar de autorização da Anvisa. E ganhamos!”

Esse foi o estopim para a politização e popularização dessa luta, através de atos públicos, passeatas e campanhas que foram realizadas tanto nas praias urbanas de João Pessoa quanto em bairros mais populares e no centro da cidade, o que gerou grande repercussão na imprensa.

“Nessa época o que existia de tentativa de luta coletiva era um movimento nacional chamado Turma do Bem, que reunia pacientes de todo o Brasil.”

Ainda em 2014, Julio e mais um grupo de famílias fundam a AMA+ME, que foi a primeira associação canábica do Brasil. Já em setembro de 2015, Julio, Scheila e outros parceiros fundam a Liga Canábica da Paraíba, que segundo Julio, nasce a partir da compreensão da importância de agir localmente e nas bases, com as famílias. *“Era preciso atuar muito mais como movimento social do que como uma associação de pacientes”*. Em 7 de maio foi realizado o Show da Liga, evento que contou com diversos artistas da região que abriram mão de seus cachês para participar do lançamento público da Liga Canábica. Hoje essa data consta no calendário municipal de João Pessoa e no calendário estadual da Paraíba como o “Dia da Visibilidade da Cannabis Terapêutica”, sendo o único estado a ter essa data oficialmente marcada.

A Liga Canábica da Paraíba:

A organização da associação se dá de maneira não hierárquica. Existe uma coordenação geral e as decisões são tomadas de maneira colegiada. O financiamento é feito exclusivamente pela contribuição voluntária dos associados, que varia de acordo com a possibilidade de cada associado *“Tem estudante que contribui com R\$10, tem outro que pode mais, contribui com R\$200”*. A forma de obtenção do óleo se dá através de cultivadores parceiros, dando-se preferência para cultivos orgânicos. A identidade do cultivador permanece em sigilo - exceto por uma pessoa, que é quem faz o intermédio entre o cultivador e o usuário. Esse trabalho é feito gratuitamente, de modo que o óleo é repassado do cultivador para o beneficiário pelo mesmo valor, não há obtenção de lucro. *“Nesse sentido, o sonho da associação é produzir um cultivo solidário e fazer com que várias pessoas consigam o*



habeas corpus para o cultivo e a partir delas montar uma cooperativa, além de pesquisar formas mais naturais e baratas de cultivo para aumentar o acesso”, ressalta Júlio. A Liga Canábica tem hoje cerca de 140 associados, além de parceiros em todo o Brasil. (na foto acima, Julio e Sheila Geriz)

Atualmente a associação atua principalmente nos seguintes eixos:

- (1) Educação sobre maconha: popularização do debate, tornar essa planta conhecida, superar preconceitos.
- (2) Incentivo a produção e difusão de conhecimento científico: parceria com universidades, institutos de pesquisa, colocar a sociedade para dentro da universidade para trocar experiências, propor estudos, participar do processo de elaboração das perguntas científicas, romper as barreiras entre o tradicional e o acadêmico, organização de eventos, tradução do conhecimento científico, para que não se use a linguagem como poder.
- (3) Aproximação com o SUS: incentivo ao envolvimento amplo do SUS nos processos de acolhimento e cuidado de usuários e familiares (capacitação de profissionais de saúde), prescrição (articulação com médicos de família da saúde mental e atenção básica), cultivo e distribuição (incentivo à inclusão da cannabis nas Farmácias Vivas e na Lei dos Fitoterápicos); promoção de atividades conjuntas às equipes de práticas integrativas: aromaterapia, acupuntura, heiki e outras.
- (4) Atuação política: fomento a políticas públicas, participação em eventos na Câmara Municipal, nas escolas de ensino médio, participação em conselhos, trabalho conjunto na elaboração de projetos de lei para pesquisa, educação e cultivo. E nacionalmente, articulação com parlamentares federais, trabalho conjunto junto aos projetos de lei que estão tramitando; esforço para a regulamentação ou descriminalização do cultivo doméstico e associativo. Articulação com Ministério Público Estadual, Federal e Defensoria Pública.
- (5) Acolhimento: orientar as pessoas que chegam, acolher e criar condições para que acesso seja ampliado o máximo possível, além de desenvolver autonomia do usuário através do conhecimento e do debate. Fortalecer as relações comunitárias.

Julio considera fundamental que o associado não seja apenas uma consumidora do produto (óleo) ou dos serviços prestados pela associação, mas sim que se possa estabelecer uma relação de troca, uma relação comunitária, de co-participação e corresponsabilização.

“Hoje eu posso dizer que a Liga transcende o movimento associativista, porque nós não somos só uma associação de pacientes, mas uma associação de pessoas, cidadãos e cidadãs, professores, profissionais da imprensa, militantes, pessoas de outros movimentos sociais, usuárias ou não, em defesa da cannabis terapêutica no Brasil”

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) oferecem projetos de pesquisa e extensão em maconha, uso terapêutico e educação em maconha, além de um grupo que está discutindo o uso em medicina veterinária. Para Julio, é urgente a necessidade de repensar a integralidade e a complexidade do sujeito, das nossas visões de mundo, sobretudo na formação da sociedade:



“Não dá para compreender maconha a partir de uma visão cartesiana. A dose, a planta, a enfermidade, o contexto, e o sujeito - seu temperamento, condições físicas e psicológicas - precisam ser levadas em consideração ao longo do cuidado. O tratamento com maconha exige de nós uma visão mais humanizada. A maconha nos humaniza [...] Hoje na Liga a gente percebe que a questão da maconha não é só a maconha. Pensar em políticas públicas para a maconha, pensar na relação da humanidade com a maconha, pensar nas possibilidades dessa planta é pensar também num modo de ser e de viver diferente, pensar na superação de preconceitos, quebrar paradigmas, repensar a relação médico-paciente, produzir uma relação de troca, menos hierárquica, voltar a valorizar os saberes tradicionais [...] O nosso foco maior na ampliação do debate é para que a gente pegue essa luta pelo acesso à maconha e contextualize. Ela não pode ser vista separada dessa grande luta que é o acesso à saúde, da luta dos outros coletivos que estão aí lutando por seus direitos. Como é que eu posso separar essa luta pelo acesso à cannabis da luta do povo negro, se o genocídio desse povo é intrínseco a atual lei de drogas na qual a maconha está? Como é que eu vou separar dos povos indígenas, que há muito tempo incorporou a maconha em seus rituais? Separar da luta das mulheres que hoje é a população carcerária que mais cresce no Brasil por conta da Lei de Drogas? Então não tem como a gente pensar num associativismo sem ter essa transcendência, sem entender o contexto em que estamos inseridos. Porque da proibição?

O que tem por trás disso? Então é mais amplo, é preciso que a pessoa pegue essa discussão e leve para ela, para sua casa, para o seu bairro.”

Principais avanços e desafios das associações hoje:

Julio faz questão de lembrar que existem registros de uso de cannabis pelo homem para os mais diversos fins há pelo menos 10 mil anos.

“Os povos tradicionais, os quilombolas e indígenas já se relacionavam com esta planta sem distinguir se era para uso medicinal, religioso, hedonístico. A ciência e a medicina moderna, e sobretudo a indústria farmacêutica trataram de categorizar o que é medicinal do que reza, do que é curandeirismo, charlatanismo, religião ou recreação. É assim que escolhem o que será ou não permitido, o que será criminalizado. À indústria farmacêutica interessa que os compostos sejam isolados, sintetizados, manipulados.”

Nesse sentido, Julio lembra que atualmente diversas associações têm se unido na tentativa de consolidar uma Federação Nacional de Associações Canábicas, e pontua que conhecer o perfil do associativismo canábico brasileiro será fundamental para guiar os rumos dessa organização. Sobre isso, Julio reforça a importância do Levantamento Nacional das Associações Canábicas do Brasil, que está sendo realizado pelo Observatório do Uso de Medicamentos e Outras Drogas e pontua:

“Essa é uma iniciativa muito importante para que a gente se conheça. Eu gostaria de perguntar às outras associações, por exemplo, sobre o cultivo, o que elas pensam? Deve ser orgânico ou não? Elas apoiam os sintéticos e [compostos] isolados ou preferem os fitoterápicos? Essas associações se organizam em estruturas mais hierarquizadas ou mais colaborativas, com conselhos deliberativos? Que tipo de regulamentação queremos? Que tipo de legalização? [...] Muito importante conhecermos a visão política de cada um, no que elas acreditam; entender o perfil do associativismo brasileiro para que isso nos auxilie a visualizar onde estamos, o que queremos, o que nos une e o que nos separa. Acreditamos que isso seja de grande valia para a organização conjunta dessas associações num molde que beneficie, em primeira instância a luta pelo direito amplo e irrestrito à saúde em seu conceito mais integral.”

Para responder o formulário do Levantamento Nacional das Associações Canábicas do Brasil, acesse: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeAckKNeTTUzljHJBlElO2z5tyzaB7mwY-CXNjXoAFI_t6ECA/viewform